

ATA

20ª Reunião Ordinária da Comissão Tripartite de Saúde e Segurança no Trabalho - CTSST 16 de fevereiro de 2012

Local: Confederação Nacional da Indústria, 15º andar, salas 1 e 2 - Brasília/DF

Hora: 10h às 16h30

Participantes:

Coordenação: Cid Roberto Bertozzo Pimentel - MPS

Governo

- Alexandre Furtado Scarpelli Ferreira - MTE
- Carlos Augusto Vaz de Souza - MS
- Elielson Alexandre dos Santos - MPS
- Jófilo Moreira Lima Júnior - Fundacentro
- Luiz Eduardo Alcântara de Melo - MPS
- Renata Alexandra de Carvalho Freitas - MPS
- Rinaldo Marinho Costa Lima - MTE
- Sônia Maria José Bombardi - Fundacentro

- Cleonice Caetano Souza - UGT
- Neila Tatiane N. Duarte Costa - UGT
- Dary Beck Filho - CUT
- Jorge Alves de Almeida Venâncio - CGTB
- Luis Antônio Festino - NCST

Convidados

- Adrianny Lemos - NCST
- Giovane Andrade Leão - MPS

Empregadores

- Adriana Giuntini - CNT
- Camila Braga - CNA
- Clovis Veloso de Queiroz Neto - CNI
- Henrique William Bego Soares - CNA

Secretaria Executiva: Joice Alves Cavalcante

Ausências justificadas

- Geraldo A. B. Vianna - CNT
- Luis Soares Mamari - CNC
- Magnus Ribas Apostólico - CNF
- Nicolino Eugenio da Silva Junior - CNF
- Fernando Coelho - CNI

Trabalhadores

- Armando Henrique - FSindical

Pauta:

- Apresentação do novo Coordenador da CTSST – Sr. Cid Roberto Bertozzo Pimentel/MPS
- Aprovação da Ata da 19ª reunião Ordinária da CTSST
- Apresentação dos dados atualizados de acidentalidade (MPS)
- Continuidade da discussão do Plano Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho – PLANSAT
- 28 de abril – Dia Mundial em Memória às Vítimas de Acidentes e Doenças do Trabalho: Comemoração à publicação do Decreto nº 7.602, de 7 de novembro de 2011 – Política Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho – PNSST
- Lançamento do PLANSAT
- Avanços dos Subgrupos
- Definição do calendário 2012 das reuniões ordinárias da CTSST

ATA

- 1 Cid Pimentel, novo coordenador da Comissão Tripartite de Saúde e Segurança no Trabalho/CTSST, solicitou
- 2 a Carlos do Ministério da Saúde/MS que iniciasse a reunião. Carlos agradeceu à Confederação Nacional da
- 3 Indústria/CNI pela cessão do espaço para realização da reunião e falou da transição da coordenação da
- 4 CTSST para o Ministério da Previdência Social/MPS; agradeceu os trabalhos realizados pelos antigos
- 5 representantes da Previdência, Remigio Todeschini e Domingos Lino (que não estavam presentes), dentro
- 6 da Comissão; e reforçou o apoio do Ministério da Saúde na condução dos trabalhos da CTSST. Cid
- 7 agradeceu a fala de Carlos em nome da Previdência Social e de Remigio e Lino; falou das expectativas da
- 8 primeira reunião e da condução da Comissão Tripartite. Informou que a semana foi de decisões importantes

9 dentro dos Conselhos que participa (Conselho Nacional de Previdência Social: crédito consignado /
10 Conselho Nacional de Saúde: re-eleição do presidente); das suas experiências de trabalho (atuou no MPS
11 na primeira gestão do Waldeck Ornelas; no início do Governo Lula trabalhou com o Programa Fome Zero,
12 com o apoio da Caixa Econômica Federal) e que até então acompanhava a saúde do trabalhador como
13 sanitarista. Disse que considera a Previdência um dos êxitos do Governo Federal e que se propõe a
14 trabalhar da mesma maneira da CTSST: gestão compartilhada. Cid solicitou que todos se apresentassem e
15 enviassem as indicações dos seus representantes novamente por e-mail para que seja re-editada a portaria
16 de composição da Comissão. Rinaldo se apresentou como membro titular pelo Ministério do Trabalho e
17 Emprego/MTE e disse que o que espera da Comissão para 2012 é a divulgação do Plano Nacional de
18 Segurança e Saúde no Trabalho/PLANSAT e a elaboração da Norma Regulamentadora de Gestão.
19 Alexandre se apresentou como suplente de Rinaldo pelo MTE. Joice/MPS apresentou-se como Secretária
20 Executiva da Comissão e se colocou à disposição dos membros como facilitadora do grupo. Renata também
21 acompanhou a reunião como representante do MPS. Clovis deu boas-vindas aos presentes; registrou seus
22 votos de sucesso aos antigos representantes do MPS (Remigio e Lino) e disse esperar como pauta da
23 CTSST a renovação dos assuntos tratados pelo grupo, inclusive os temas dos Subgrupos Setoriais; lembrou
24 do compromisso firmado entre os membros em reuniões anteriores de fazerem um evento único em
25 Brasília/DF para as homenagens ao Dia Mundial em Memória às Vítimas de Acidentes e Doenças no
26 Trabalho (28 de abril) como forma de reafirmar o espírito de união da Comissão e das entidades que
27 representam em prol da saúde e segurança do trabalhador. Adriana justificou a ausência do membro titular
28 da Confederação Nacional do Transporte/CNT, Geraldo A. B. Vianna, e apresentou-se como sua suplente na
29 Comissão. Henrique confirmou-se como membro titular pela Confederação Nacional da Agricultura e
30 Pecuária do Brasil/CNA. Clovis pediu a palavra para justificar as ausências da sua bancada: Fernando
31 Coelho - SESI/CNI (não trabalha mais no SESI); Luis Soares Mamari - Confederação Nacional do Comércio
32 de Bens, Serviços e Turismo/CNC; Magnus Ribas Apostólico e Nicolino Eugenio da Silva Junior pela
33 Confederação Nacional das Instituições Financeiras/CNF. Giovane apresentou-se como apoio do MPS para
34 a reunião. Jorge apresentou-se como coordenador da área de Saúde do Trabalhador e um dos diretores
35 eleitos para o Conselho Nacional de Saúde e membro titular da CTSST pela Central Geral dos
36 Trabalhadores do Brasil/CGTB; sobre a pauta da Comissão, disse-se preocupado com as novas normas
37 para a perícia médica, pois entende que a exclusão dos acidentes de trabalho pode gerar subnotificações;
38 considera que deveria ser estendidos aos benefícios acidentários; afirmou que a visão que a sociedade tem
39 da perícia médica ainda é negativa; considera a medida positiva, mas salientou que as subnotificações
40 precisam ser minimizadas. Cid pediu que a CGTB formalizasse a solicitação para que possa levar a
41 discussão no âmbito do Ministério da Previdência Social. Jorge fez menção à proposta de construção de um
42 indicador universal de acidentes de trabalho, que foi incluída na Carta da 14ª Conferência Nacional de
43 Saúde, para que assim se consiga conhecer os dados reais sobre os trabalhadores informais (que não
44 participam do sistema previdenciário). Salientou que para o sucesso da medida, deverá haver um trabalho de
45 convencimento por parte do MS com os trabalhadores do Sistema Único de Saúde/SUS para que colaborem
46 com o fornecimento das informações necessárias. Neila apresentou-se como diretora do Sindicato de
47 Trabalhadores de Empresas de TV por assinatura do DF e membro suplente na Comissão pela União Geral
48 dos Trabalhadores/UGT. Dary apresentou-se como petroleiro e membro da Executiva Nacional da Central
49 Única dos Trabalhadores/CUT; confirmou-se como membro titular na Comissão pela CUT; agradeceu a
50 Remigio e Lino pelos trabalhos realizados em suas gestões e pelo início das discussões até a publicação do
51 Decreto nº 7.602/2011 (Política Nacional de Segurança e Saúde do Trabalho/PNSST); disse considerar

52 como pauta principal da CTSST em 2012, a implementação das ações do PLANSAT. Armando apresentou-
53 se como membro titular pela Força Sindical e afirmou que após a constituição da CTSST, foi formado um
54 horizonte mais positivo das ações em SST pelas três bancadas. Cleonice - UGT comunicou a alteração de
55 seu suplente por Neila; agradeceu à coordenação anterior da CTSST (pelo MS) pelos trabalhos e
56 parabenizou pela construção da PNSST; pautou a discussão democrática como norte para a Comissão e
57 afirmou que a sociedade é quem ganha com a melhoria dos ambientes de trabalho; disse considerar que a
58 principal missão da CTSST é a implementação da PNSST e sua melhoria e adequação contínuas. Adrianny
59 apresentou-se como assessora de Festino, membro titular pela Nova Central Sindical de
60 Trabalhadores/NCST, que por sua vez apresentou-se também como coordenador do grupo de trabalho na
61 área de transporte da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Terrestres/CNNTT; afirmou
62 que depois da constituição da CTSST houve mais consensos no diálogo entre CNNTT e CNT; sobre a pauta
63 para 2012 da Comissão, disse considerar também importante uma ampliação dos assuntos tratados pelo
64 Grupo de Trabalho Setorial de Transporte Rodoviário de Cargas/GTS-TRC, como o transporte interestadual
65 de passageiros; e defendeu a participação da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil/CTB
66 como membro efetivo da Comissão. Sônia se apresentou como gerente da Coordenação de Educação da
67 Fundacentro/SP, membro do GTS-TRC e responsável pelo Subgrupo da CTSST para inserção de conteúdos
68 de SST nos currículos do ensino básico e médio (ação prevista no Plano Nacional de Segurança e Saúde no
69 Trabalho/PLANSAT). Também falou da importância de priorizar a pauta 2012 da Comissão nas ações do
70 PLANSAT. Jófilo apresentou-se como membro titular pelo MTE; destacou a importância o Grupo Executivo
71 Interministerial de Saúde do Trabalhador - GEISAT (concluído em 2007, tinha o objetivo de analisar medidas
72 e propor ações integradas e sinérgicas que contribuíssem para aprimorar as condições de saúde e
73 segurança do trabalhador) e dos trabalhos realizados pela antiga representante titular do MTE na CTSST,
74 Junia Maria de Almeida Barreto; pautou a necessidade de implementação efetiva da PNSST e de
75 continuidade de gestão integrada da Comissão; também falou do Acordo de Cooperação Técnica entre a
76 Fundacentro/MTE e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada/IPEA para junção dos bancos de dados
77 sobre acidentalidade no trabalho e com intuito de se conhecer o real custo que esses acidentes geram para
78 a sociedade. Carlos falou da importância de se efetivar a PNSST por meio do PLANSAT com a participação
79 de todos os membros da Comissão; disse considerar importante a integração das informações, levantada por
80 Jorge; explicou também que antes de atuar na reformulação da PNSST, a Comissão definiu setores com
81 maior acidentalidade para verificar as ações conjuntas, optando-se pela Indústria da Construção Civil e pelo
82 Transporte Rodoviário de Cargas (disse que também existia uma grande demanda para o setor de
83 agronegócios, porém não conseguiram se articular nesse sentido). Sobre o ingresso da CTB na Comissão,
84 Carlos disse que apesar de insistentes pedidos da Coordenação da Comissão, a Confederação ainda não
85 encaminhou uma solicitação formal nesse sentido, bem como a indicação de seus representantes; afirmou
86 ainda que o ingresso da CTB resultaria em uma 7ª representação em cada bancada, sendo que o 7º indicado
87 do governo será da pasta que está coordenando naquele ano. Rinaldo exemplificou o que ocorreu na CTPP
88 neste sentido: enviaram a solicitação de indicação às bancadas e as solicitações que não fossem
89 respondidas até o prazo, reverteriam-se as vagas para a bancada. Dary lembrou aos presentes que na
90 constituição da CTSST, não existia a CTB, por isso ela ainda não faz parte da Comissão. O segundo ponto
91 de pauta, aprovação da ata da 19ª reunião ordinária, os membros não fizeram observações e a aprovaram.
92 Cid tomou a palavra para falar dos ideais da antiga representação do MPS na CTSST que foram
93 concretizados (consolidação da Comissão e publicação da PNSST); da expectativa de aperfeiçoamento do
94 Regimento Interno da Comissão; que a Coordenação irá convidar formalmente a CTB para integrar a

95 CTSST; e do seu ideal, como Coordenador, de aperfeiçoar a Comunicação de Acidente de Trabalho/CAT,
96 transformando em uma ferramenta eletrônica; neste sentido, solicitou aos membros que conversassem com
97 suas bases para que possam se articular. Cid também falou da compatibilização dos bancos de dados sobre
98 doenças e acidentalidades relacionadas ao trabalho e exemplificou com o Cartão Nacional de Saúde/SUS
99 (tem como objetivo a criação de um banco de dados que identifique os usuários e gere um histórico de cada
100 paciente, contendo diagnósticos, avaliações, planejamentos e programação das ações de saúde, que podem
101 ser acessadas de qualquer parte do país; o cartão está disponível nos postos de saúde), pois quando
102 integraram as bases de dados precisaram de produção técnica para definir as recomendações de uso
103 desses dados. Cid também facultou a presença dos suplentes nas reuniões da CTSST. Após o intervalo para
104 o café, Luiz Eduardo – MPS realizou a apresentação dos dados atualizados de acidentalidade no trabalho: a
105 apresentação foi iniciada com quadro dos acidentes registrados e liquidados nos anos 1990, 1994, 1998,
106 2002, e 2005 a 2010, onde foi registrada no último ano a média de 46 trabalhadores/dia que não mais
107 retornaram ao trabalho devido à morte ou invalidez permanente; uma observação com relação ao combate
108 da subnotificação é que o Brasil tem avançado muito neste sentido, pois de 2007 a 2010 foram realizados
109 2.152.923 registros oficiais e reconhecidos 717.528 (25% do total) acidentes e doenças do trabalho mediante
110 a caracterização do Nexo Técnico Previdenciário, com destaque para o Nexo Técnico Epidemiológico
111 Previdenciário/NTEP; sobre os auxílios-doença acidentários concedidos anualmente, tem-se o total de
112 140.998 em 2006 e de 318.260, em 2011, com visível tendência de estabilidade desse total quando
113 observados os anos 2009 e 2010. Em comparação gráfica por capítulos da CID-10, chamou a atenção para
114 os benefícios Auxílio-Doença concedidos relacionados às doenças do aparelho digestivo (Capítulo XI), do
115 aparelho circulatório (Capítulo IX), doenças do tecido osteomuscular e do tecido conjuntivo (Capítulo XIII) e
116 lesões, envenenamento e algumas outras consequências e causas externas - continuam sendo as maiores
117 responsáveis pela concessão de Auxílios-Doença acidentários. Com relação à distribuição do Fator
118 Acidentário de Prevenção/FAP de 2009 a 2011, constata-se que 952.561 empresas tiveram o FAP calculado
119 em 2009; dessas, 879.933 tiveram bonificação (FAP < 1,0000), sendo que a partir de 1º de setembro de
120 2010, 648.650 empresas desse total adquiriram FAP igual a 0,50 devido a publicação da Resolução CNPS
121 nº 1316 (empresas que tem índice de frequência, gravidade e custo zerados recebem FAP = 0,50) e 72.628
122 tiveram FAP entre 1 e 1,75 (malus); em 2010, 844.531 receberam bonificação, sendo que 776.930 dessas
123 receberam FAP = 0,50, o que implicou que as empresas que tinham o RAT 1, 2 ou 3 recolheram com o RAT
124 Ajustado igual a 0,5, 1 e 1,5 respectivamente, e 78.264 tiveram FAP entre 1 e 2 - aquelas que não tiveram
125 registro de morte ou invalidez tiveram redução de 25% na faixa *malus*; em 2011, 1.008.071 empresas
126 tiveram FAP calculado, sendo que das 919.718 bonificadas, 799.862 tiveram FAP = 0,50, e 88.353 ficaram
127 na faixa *malus*. Sobre os transtornos mentais e comportamentais (Capítulo V), Cid citou a reportagem do
128 Jornal Folha de São Paulo dessa semana que fala da falta de objetividade dos médicos na identificação dos
129 motivos que levam os trabalhadores a essa epidemia; na sua visão, sempre haverá celeuma sobre o
130 assunto. Jorge completou dizendo que sua teoria sobre a situação é que as pessoas sofrem com a
131 combinação da pressão no trabalho + realização de tarefas além das suas possibilidades + falta de
132 capacitação para o trabalho. Sobre a distribuição do FAP 2009 e 2011, Festino colocou a questão de que o
133 número oficial de acidentes envolvendo o transporte rodoviário fica prejudicado pelos casos de acidentes
134 ocorridos com motoristas empregados em empresas que não estão no CNAE de transporte. Luiz informou
135 que o processamento do FAP se baseia em bancos de dados consolidados que refletem o aspecto legal. Cid
136 então pediu a Luiz que esclarecesse a todos o que é atividade preponderante, pois diariamente o
137 Departamento que dirige tem que responder a esse tipo de questionamento, por conta do FAP. Luiz deu

138 como exemplo, informando ser um exemplo muito simplificado de enquadramento, uma fábrica de
139 refrigerantes que tem vários estabelecimentos: com 1000 funcionários que trabalham no escritório, 2000 na
140 produção e 3000 na entrega, e informa que neste caso a atividade preponderante é distribuição de
141 refrigerantes. O FAP então compara essa empresa às demais distribuidoras de refrigerantes. Armando fez
142 pergunta sobre a contabilização dos acidentes de trajeto; Luiz explicou que a metodologia de cálculo do FAP
143 foi aprovada pelo Conselho Nacional de Previdência Social – CNPS e previu a contabilização de acidentes
144 de trajeto e simples assistência médica, no processamento do FAP anual. Luiz informou que caso haja nova
145 modelagem de grupos de trabalho setoriais na Comissão, poderá produzir mais dados para apresentação
146 com foco nos assuntos abordados. Clovis indagou Luiz por que houve alteração nos dados de acidentes
147 registrados e liquidados em 2009, pois não coincidem com uma apresentação mais antiga desses dados que
148 ele tem conhecimento. Luiz explicou que alguns fatores podem alterar o total de um ano para o outro:
149 solicitação de exclusão de CAT deferida pelo INSS; captação de uma CAT protocolada após o encerramento
150 da leitura dos dados para confecção do Anuário; no caso de óbito quando observa-se que a CAT que tinha
151 dependente habilitado já havia constado em uma pensão (aperfeiçoamento das leituras) e foi feita dupla
152 contagem, etc. Em função da dinâmica dos bancos de dados as informações relativas a registros de
153 acidentes e doenças do trabalho relativos ao ano anterior são sempre revisados ao se publicar as
154 informações do ano-referência. Motivados pelos comentários das bancadas dos trabalhadores e
155 empregadores, Luiz e Cid anunciaram que podem intermediar para que sejam ofertados novos treinamentos
156 para acesso às informações disponibilizadas pela Previdência Social com apoio do Departamento do Regime
157 Geral de Previdência Social – DRGPS/SPPS/MPS. Sobre a Lei n.º 12.527/2011 que trata do acesso à
158 informação, Luiz disse a Previdência está se preparando para o atendimento segundo as regras
159 estabelecidas na citada Lei. Sobre o assunto, Clovis sugeriu à Previdência que publique um consolidado
160 trimestral dos dados previdenciários. Carlos falou sobre o quarto item da pauta, PLANSAT, que foi projetado
161 em tela: falou das etapas finais de aprovação do documento; do subgrupo tripartite responsável (na última
162 reunião participaram Carlos, Rinaldo, Alexandre, Renata, Joice, Elielson, Dary e Clovis); sobre a
163 formalização do Plano (Portaria Interministerial trazendo referência aos itens do Decreto n.º 7.602/2011
164 sobre a necessidade do Plano, extrato dos objetivos e indicação do sítio na internet onde estará
165 disponibilizado o Plano); informou dos prazos fixados nas ações e o total: 26 ações com prazo de execução
166 curtos (6 a 18 meses), 30 médios (19 a 48 meses), 3 longos (49 a 96 meses) e 16 permanentes. Informou
167 que os prazos foram fixados depois de pesquisa que o Subgrupo fez na internet e tomaram como base os
168 Planos Nacionais de Erradicação do Trabalho Infantil e do Trabalho Escravo aprovados pelo MTE. O próximo
169 passo será o planejamento concreto do desdobramento das ações com curto prazo. Nas homenagens ao Dia
170 Mundial em Memória às Vítimas de Acidentes e Doenças do Trabalho (27/04/12) lançarão publicação com o
171 Decreto n.º 7.602/2011 e o PLANSAT sem o detalhamento dos prazos. Cid pediu para a última versão do
172 documento ser disponibilizada aos demais membros da CTSST. Clovis observou os pontos 4.3.3 e 6.3.5 do
173 PLANSAT, onde o Subgrupo concordou que a palavra “limpas” deveria ser retirada, o que foi aprovado pela
174 Comissão. Carlos lembrou que falta acordarem a periodicidade de revisão do documento. Rinaldo
175 considerou que o formato dos prazos se mostrou bastante adequado; que a formalização do Plano não deve
176 engessar as ações e os prazos, por isso a publicação de uma Portaria Interministerial; e que acordarão sobre
177 a periodicidade de sua revisão. Armando também considerou ótimos os prazos estabelecidos, pois são de
178 fácil aplicabilidade. Jorge ponderou que para ser ato mandatário aos outros setores (empregadores e
179 trabalhadores) deveria virar lei, mas aceita a solução jurídica proposta pelo Subgrupo. Jófilo também
180 ponderou que verificará as referências metodológicas para possíveis observações. Cid pediu para que a

181 Comissão votasse na metodologia proposta pelo Subgrupo e os membros a aprovaram. Sobre o quinto item
182 da pauta, Carlos informou que a Comissão deverá formar um grupo menor que fique responsável pelos
183 preparativos do evento do dia 27 de abril (em homenagem ao Dia Mundial em Memória às Vítimas de
184 Acidentes e Doenças no Trabalho – 28 de abril). Cid informou alguns itens aprovados pela bancada de
185 governo em reunião: lançamento do PLANSAT em publicação contendo a PNSST, banners, totens com
186 acesso ao Sistema Altruísta/MPS que será lançado no dia do evento, mesa diretora com Ministros e
187 autoridades, buffet pós-evento; também perguntou com o que cada instituição poderá contribuir para o
188 evento. Clovis sugeriu que o local de realização seja neutro (sem conotação partidária, governamental ou
189 empresarial). Cid sugeriu uma semana de programação que poderia acontecer na Universidade Aberta da
190 Caixa Econômica Federal, no Centro Cultural Banco do Brasil, no Tribunal Superior do Trabalho ou no
191 Auditório do Interlegis/Câmara dos Deputados. Armando sugeriu teleconferências. Festino sugeriu como
192 local o Auditório Petrônio Portela/Senado Federal. Jófilo informou que anualmente a Fundacentro/SP recebe
193 o tema da campanha da Organização Internacional do Trabalho/OIT para o 28 de abril e realizam uma
194 solenidade com mesa diretora e cerimônia da vela com enfoque na campanha da OIT e colocou o setor de
195 eventos da Fundacentro/SP à disposição da Comissão para auxiliar na realização do evento. Grupo
196 responsável: Roque Veiga – MS, Clovis, Dary, Alexandre (Coordenador), Luiz Augusto Damasceno Brasil –
197 Fundacentro/DF, Joice e Renata. Cid lembrou a necessidade de divulgação do evento na imprensa e revistas
198 temáticas com *briefing* da Coordenação do evento; material da OIT para distribuição; fotografia;
199 logomarca/conceito; parcerias; saúde da mulher no trabalho. Rinaldo ponderou que pode não haver público
200 para uma semana de evento e a presença das autoridades poderia ficar prejudicada. Cid disse ter apreciado
201 a sugestão de Armando e disse que poderia pegar *takes* dos Ministros para divulgar o evento na internet;
202 lembrou que o Auditório da Anatel pode ser uma boa opção; solicitou à Cleonice que envie à Joice o material
203 da UGT sobre a mulher no trabalho; informou que o evento deverá ocorrer das 10h às 13h, no dia 27/04;
204 solicitou a criação de domínio próprio para o evento, conta nas redes sociais da internet; a Comissão
205 assinará os convites; agendar reunião extraordinária da CTSST para o dia 19/03 para preparação do evento
206 do dia 27 de abril. Carlos disse que seria importante a participação da AGU e TST no evento por conta do
207 Termo de Cooperação que foi assinado entre eles, MS, MPS e MTE. Com relação às reuniões da CTSST,
208 Cid falou sobre a rotatividade das reuniões (cada instituição-membro deverá ceder um espaço para as
209 reuniões); do consensuamento prévio da pauta das reuniões; e do encaminhamento dos principais pontos
210 discutidos nas reuniões antes do fechamento da ata. A Comissão aprovou o calendário 2012 das reuniões
211 ordinárias: dia 13/04 na Fundacentro/SP; 15/06 na NCST/DF; 10/08 local a definir; 08/10 local a definir; e
212 07/12 local a definir. Carlos, coordenador do GTS-TRC, fez os informes do Grupo, que se reuniu no dia
213 31/01, com a participação de representantes do MS, MPS, ANTT, DPRF, NCST, CGTB, CNT, e falou das
214 principais ações: o fortalecimento do diálogo social; o aperfeiçoamento e ampliação da legislação, com
215 discussão da regulamentação da profissão de motorista, do estatuto do motorista e aperfeiçoamento do
216 conteúdo de SST nos cursos previstos na Resolução ANTT nº 3.056/09; o estabelecimento de processo de
217 consulta tripartite sobre formação em SST, com o envolvimento, entre outros atores, do SEST/SENAT e dos
218 sindicatos de trabalhadores; da fiscalização e vigilância em saúde do trabalhador; das campanhas como
219 “Comandos de Saúde nas Rodovias” (interlocação entre o Departamento de Polícia Rodoviária Federal/MJ e
220 o SUS para atendimentos primários feitos nas campanhas realizadas nas estradas); seminário/*workshop* de
221 divulgação das atividades do GTS-TRC, pré-agendado para 22/05; a próxima reunião está prevista para o
222 dia 20/03. Carlos, a pedido da Coordenadora do GTS da Indústria da Construção Civil Maria Christina Félix -
223 Fundacentro/RJ (que não estava presente), também informou que haveria reunião do GRT-ICC no dia 10/02,

224 mas não ocorreu. Cid indagou se os assuntos embriaguez, jornada de trabalho e o uso de drogas ilícitas são
225 discutidos no subgrupo de Transporte. Festino afirmou que sim e acrescentou a informação de que o Senado
226 aprovou no final de 2011 a proposta de regulamentação da profissão de motorista, e uma das principais
227 inovações contidas na proposta é a fixação da jornada de trabalho da categoria; além disso, lembrou da
228 demanda levada pela NCST/CNTTT ao MPS sobre a licitação do transporte coletivo de passageiros
229 interestadual (no que compete ao MPS, as tratativas se deram com relação aos trabalhadores afastados por
230 problemas de saúde próximos da aposentadoria e das áreas administrativas), bem como da questão da
231 divergência entre INSS/MPS e órgãos de trânsito quanto à capacidade/incapacidade para o trabalho dos
232 motoristas (Elielson ficou com a responsabilidade de agendar reunião com o Denatran). Rinaldo falou sobre
233 a fiscalização do MTE no transporte rodoviário de cargas, que foca a verificação das jornadas de trabalho e
234 períodos de descanso com base no rastreamento da carga por satélite. Clovis pediu a palavra para informar
235 sobre as críticas que foram encaminhadas à CNI com relação à publicação da IN/ANS nº 46, de 25/03/11: a
236 não-obrigatoriedade legal para retirada do Cartão Nacional de Saúde; falta de sistema informatizado de
237 gestão; desconhecimento dos segurados da prorrogação do prazo de solicitação do cartão; falta de
238 informações via *call center*. Elielson citou o exemplo do cruzamento dos dados do CPF para concessão de
239 plano de saúde. Cid alertou que a base de dados do cartão é muito mais complexa, pois são mais de 200
240 milhões de registros. Cid informou que enviará ofício à gerência do Cartão no MS para agendar reunião com
241 a presença da CNI e da reclamante. Sem mais.